

O trabalho de assistentes sociais com crianças e adolescentes

The work of social workers with children and adolescents

Rodrigo Silva Lima* 

RESUMO

O artigo é resultado de estudos, pesquisas e levantamentos bibliográficos. Objetiva subsidiar o trabalho de assistentes sociais com crianças e adolescentes. Está dividido em duas partes: uma breve consideração inicial em que se demonstra a contribuição da tradição marxista para pensar o trabalho com crianças e adolescentes na história e os aspectos centrais desse trabalho para a reprodução da vida. É preciso enfrentar os fenômenos da “coisificação da infância” e do “adultocentrismo” que são expressão do conservadorismo na sociedade de classes; na segunda parte, discorre sobre os instrumentos de trabalho do Serviço Social e a necessidade de qualificar a questão social na particularidade relacionada à infância e adolescência. Busca-se reiterar o papel político do Serviço Social nas instituições, levando em consideração a dimensão coletiva do trabalho, as atribuições privativas e competências profissionais, bem como os princípios da educação popular, numa perspectiva emancipatória e efetivamente democrática.

Palavras chave: Trabalho de assistentes sociais; Crianças e adolescentes; Coisificação da Infância; Adultocentrismo. Educação Popular.

ABSTRACT

This article is the result of studies, research and bibliographical surveys. It aims to support the work of social workers with children and adolescents. It is divided into two parts. A brief initial consideration demonstrates the contribution of the Marxist tradition to thinking about work with children and adolescents in history and the central aspects of this work for the reproduction of life. It is necessary to confront the phenomena of the “objectification of childhood” and “adultcentrism” that are expressions of conservatism in class society. In a second part, it discusses the work instruments of Social Work and the need to qualify the social issue in the particularity related to childhood and adolescence. It seeks to reiterate the political role of Social Work in institutions, taking into account the collective dimension of work, the exclusive attributions and professional competencies, as well as the principles of popular education, from an emancipatory and effectively democratic perspective.

Keywords: Work of social workers; Children and adolescents; Objectification of Childhood; Adultcentrism; Popular Education.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.94154>

*Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói - RJ, Brasil. E-mail: rodrigolima@id.uff.br.

Como citar: LIMA, R. L. O trabalho de assistentes sociais com crianças e adolescentes. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 60, pp. 20-36, set./dez., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.94154>.

Recebido em 07 de março de 2025.

Aprovado para publicação em 15 de julho de março.

Responsável pela aprovação final: Silene de Moraes Freire



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A defesa do texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca), como construção política, está no conteúdo humanizado e na processualidade de sua elaboração, que contou com a participação dos segmentos infanto-juvenis de norte a sul do país. Artífice de um projeto de sociedade livre das amarras da opressão e da exploração, algo inalcançável nos marcos do capitalismo, o Eca, ao romper com paradigmas históricos, tem contribuído para estimular um debate em torno da garantia dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à liberdade, ao respeito e à dignidade. Este dispositivo é construído na perspectiva da incorporação da dimensão democrática e não violenta no trabalho educativo, algo que exige novas requisições dos profissionais e um conjunto de mudanças em famílias, escolas e demais instituições sociais.

Compreende-se que, com o advento do neoliberalismo e do receituário dos organismos internacionais para países periféricos de economia dependente, a consolidação das principais políticas sociais – assistência social, educação e saúde – expressam contradições e ambiguidades, bem como a necessidade de novas práticas profissionais no processo de reordenamento institucional. O trabalho com crianças e adolescentes envolve a garantia dos direitos sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia, ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. Mesmo com todos os avanços do Eca, nessas três últimas décadas, ainda são identificadas dificuldades em assegurar a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes e de compreendê-las como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta nas ações governamentais. Tenta-se demonstrar que isso se deve, em linhas gerais: a) à coisificação desse segmento no modo de produção capitalista; b) à cultura adultocêntrica, que reforça a construção de infâncias subalternizadas e c) ao conservadorismo – presente no desenho das políticas sociais.

Neste sentido, esse artigo está dividido em duas partes. Inicialmente, uma breve consideração inicial em que se demonstra a contribuição da tradição marxista para pensar o trabalho com crianças e adolescentes na história e os aspectos centrais desse trabalho para a reprodução da vida. É preciso enfrentar os fenômenos da “coisificação da infância” e do “adultocentrismo” que, de forma recalcitrante, estruturam a sociedade de classes. Em uma segunda parte, este artigo discorre sobre os instrumentos de trabalho do Serviço Social e a necessidade de qualificar a questão social na particularidade relacionada à infância e adolescência. Busca-se reiterar o papel político do Serviço Social nas instituições, levando em consideração a dimensão coletiva do trabalho, as atribuições privativas e competências profissionais, bem como os princípios da educação popular, numa perspectiva emancipatória e efetivamente democrática, com os segmentos das classes trabalhadoras.

O trabalho com crianças e adolescentes como aspecto fundamental para a reprodução da vida

Muitas pessoas já ouviram a música “Pindorama, Pindorama, é o Brasil antes de Cabral” (Tatit; Martins, 1998). Dos versos dessa canção infantil ao Brasil diverso, desigual e cheio de contradições, emergem importantes análises sócio-históricas acerca do atendimento de crianças e adolescentes no Brasil, fundamentais para adensar a produção acadêmica, fomentar a organização da militância e instrumentalizar a formação de profissionais para lidar com esse público específico.

Aqui, trata-se de utilizar a música como artefato artístico e cultural com relevante potencial para desnaturalizar a configuração de processos sociais e estranhar a configuração de aspectos cristalizados nas instituições. Durante muito tempo, no Brasil, imperou a ideia do “descobrimento”, algo nada ocasional, que encobriu o processo violento, brutal e sangrento imposto pelos colonizadores na conquista do território e que incidiu em formatos perversos de socialização, no tratamento seletivo e desumanizado e na produção de “crianças sem infância”. Tais processos, que no século XIX culminaram na elaboração de dispositivos do ordenamento jurídico e das primeiras instituições mantidas pelo Estado, não ocorreram sem resistência e estratégias insurgentes de sobrevivência dos segmentos escravizados e das associações de trabalhadores livres e de movimentos coletivos (Martins, 1991; Pilotti; Rizzini, 1995; Mattos, 2004; Priore, 2009; Freitas, 2016).

Nas formulações marxianas, em *O Capital*, para além das análises sobre trabalho útil e abstrato, tem-se a denúncia ao criminoso uso da força de trabalho infantil e a todos os obstáculos à sua superação e/ou regulamentação, bem como a socialização da organização familiar por meio da produção de alimentos, de roupas, da pecuária e do cuidado das novas gerações cumpre uma importante função social: “essas diferentes coisas defrontam-se à família como produtos diferentes de seu trabalho familiar, mas não se relacionam entre si como mercadorias” (Marx, 1983, p.74). E, nesse sentido, o trabalho com crianças e adolescentes, seja ele remunerado ou não, nem sempre envolve o reconhecimento de sua relevância social, apresenta características específicas e contribui decisivamente para reprodução do capital e, ao mesmo tempo, formação dos segmentos da classe trabalhadora.

Em trabalhos realizados com crianças e adolescentes no Brasil, sejam eles de cunho educativo ou assistencial, pelo menos dois aspectos precisam ser levados em consideração: a questão racial e a organização sociofamiliar.

O primeiro aspecto exige a permanente reflexão acerca das particularidades do Estado capitalista na formação brasileira, a compreensão das nuances que envolvem a divisão social, sexual e racial do trabalho, a relação entre o racismo e a questão social, a crítica ao ideário liberal e ao pensamento autoritário no país, bem como à violência na socialidade infantil dos segmentos escravizados. Os desdobramentos da questão racial, na

particularidade da formação econômica e social brasileira, são apreendidos como um eixo estruturante das relações capitalistas em sua totalidade histórica (Gonçalves, 2018; Freire, 2020; Eurico, 2020; Elpídio; Valdo, 2022; Mauriel, 2023).

O outro aspecto diz respeito ao processo de reprodução da vida, pois toda criança e adolescente tem uma família, mas nem sempre a convivência familiar é garantida como um direito e, nesse sentido, a ação da Igreja Católica, por meio de entidades filantrópicas, representou uma experiência central na estruturação da sociedade e nas relações de poder. É importante lembrar que as famílias, no desenvolvimento do Estado capitalista brasileiro, medeiam relações entre o consumo e a produção e, diante de papéis e funções econômicas, atribuídas a partir do ideário liberal, é impossível desconsiderar a gradual “privatização” dos cuidados das crianças e dos adolescentes circunscrita ao âmbito quase exclusivo da organização familiar, um trabalho de reprodução social feito majoritariamente por mulheres (uma sobrecarga específica e adicional a esse segmento de classe, principalmente mulheres negras), a transferência de ações estatais para uma rede de instituições que cumprem papel de cuidado e proteção, bem como culpabilização individual das famílias e as desigualdades na divisão social, sexual e racial do trabalho doméstico no país (Bruschini, 1993; Quiroga, 2008; Mito, 2010; Gama *et al.*, 2024).

Esses dois aspectos estão no bojo das determinações conservadoras acerca da “coisificação da infância”, do “adultocentrismo” e do questionamento às disputas do que se prioriza ou não na formação de crianças e adolescentes e são expressão das lutas de classes. O discurso de “garantir um futuro melhor para as crianças”, muitas vezes, não ultrapassa os objetivos de reprodução da força de trabalho, ou seja, da formação de trabalhadores e trabalhadoras numa sociabilidade aquiescente à acumulação de capital¹. Nesse sentido, o Manifesto do Partido Comunista (Marx; Engels, 1998) desempenhou um papel único na cultura e na prática política dos movimentos progressistas e de esquerda no mundo, e a sua análise deve ser enriquecida com as experiências históricas posteriores à sua redação (Netto, 1998).

Os antagonismos entre opressores e oprimidos, as aspirações por igualdade e liberdade, a crítica à família nuclear burguesa, os presságios pela abolição da propriedade, abordados ao longo do Manifesto, buscam não apenas recuperar como também reiterar a defesa da dimensão humanista radical, algo quase inexistente na burocracia governamental e na frieza do mercado, com o questionamento contundente aos processos de “coisificação da infância” ou que tratam a criança e o adolescente como “algo descartável”, “menos importante”, reduzido a um mero instrumento de trabalho.

1 Será que os projetos político-pedagógicos das escolas que vendem uma ideia de formação “do maternal ao vestibular” levam em consideração a formação humana das crianças e dos adolescentes, o respeito às diferenças, a crítica ao padrão dominante vigente, as recomendações da Lei 10.639/2003?

Censurai-nos porque queremos suprimir a exploração das crianças pelos pais? Confessamos esse crime. Mas, dizeis, suprimimos as relações mais íntimas aos substituímos a educação doméstica pela educação social (...) A fraseologia burguesa sobre a família e a educação, sobre a relação íntima de pais e filhos, torna-se tanto mais repugnante quanto mais, em consequência da grande indústria, todos os laços familiares dos proletários são destruídos e seus filhos transformados em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho (Marx; Engels, 1998, p. 26 - grifo nosso).

Embora a “coisificação da infância” seja reproduzida de forma mais imediata no modo de produção capitalista, os fenômenos sociais decorrentes desse modo de produção, tais como a pobreza, a fome, o analfabetismo, a exploração precoce da força de trabalho, o uso abusivo de álcool e substâncias psicoativas, etc., são expressões da questão social na infância e de elementos imbricados nas manifestações do racismo que, na organização do Estado capitalista brasileiro, mesmo que de forma tardia, passam a ser enfrentadas por meio das políticas públicas e suas repercussões incidem em experiências diversas de trabalho com crianças e adolescentes.

No Brasil, a escravização e a violência marcam uma cadeia de mediações que negam a condição humana dos africanos arrancados de suas terras e dos povos originários que, entre os séculos XVI e XVIII, foram separados de suas famílias e das relações de pertencimento, proibidos de cultivar a própria religiosidade ou de se expressar por meio das suas linguagens e dialetos de origem. É importante lembrar que, desde a catequese dos Jesuítas ao açoitamento nas senzalas ou das Rodas dos Expostos até a criação das grandes instituições estatais, há uma relação triangular e bastante contraditória que envolve, ao mesmo tempo, a proteção e a opressão do Estado, da Igreja Católica e das famílias burguesas que, sob a ideologia liberal e cristã, utilizaram-se de práticas punitivas e autoritárias, transformaram as pessoas mais vulnerabilizadas em culpadas e, sobretudo, submeteram crianças e adolescentes às condições de vida aviltantes (Pilotti; Rizzini, 1995; Priore, 2009; Arantes, 2016; Marcílio, 2016).

A centralidade dos adultos na relação com as crianças ou o que chamamos de “adultocentrismo” (Nogueira Neto, 2005), está ancorado numa espécie de consentimento social, entranhado na cultura familiar brasileira, que é reiterado por ideologias e práticas opressoras advindas do processo de acumulação primitiva, do cristianismo, do patriarcado, do racismo e sexismo² (Brito, Gomez, 2009; Saffiotti, 2015; Arantes, 2016; Almeida, 2018), e que, sob as determinações do modo de produção capitalista, não apenas per-

2 Segundo Silvio de Almeida (2018), o racismo é uma violência direcionada contra as pessoas negras, indígenas, ciganas, judias. Saffiotti (2015, p. 47) nos explica de forma breve que o patriarcado é o “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” e que “sexismo e racismo são irmãos gêmeos (...) quando um povo conquistava outro, submetia-o a seus desejos e a suas necessidades” (Saffiotti, 2015, p. 132).

mitem como estimulam ações violentas de pessoas adultas no trato de crianças e adolescentes, sob o falso manto de “punir pra proteger”, quando, muitas vezes, são concebidas como “mercadorias”, “propriedades”, “meros objetos”, menos importantes, figuras diminutas, “menores” e não sujeitos de direitos.

Percebe-se, todavia, que a violência na educação de crianças e adolescentes dificilmente foi objeto de autocrítica por parte dos adultos ao longo da história³. Somente com a doutrina de proteção integral, assinalada no ECA, que novas experiências e novos referenciais sociais e pedagógicos são elaborados, tanto na configuração da família, cujo conceito vem sendo transformado ao longo dos anos, como no trabalho dos profissionais e nas disputas por hegemonia e construção de contra-hegemonia

Nessa relação assimétrica de poder, em que o conservadorismo é expressão da luta de classes (Iasi, 2015), a linguagem da violência foi usada para impor autoridade de forma autoritária e a mensagem que esse “tratamento educativo” propaga é que a resolução dos conflitos não se estabelece pelo diálogo, mas se resolve por meio de castigos físicos e psicológicos para ameaçar, pressionar e punir ou silenciar opiniões, desejos e posições políticas. É importante ressaltar que essa violência – desumanização, descartabilidade e racismo – têm um peso maior em determinados segmentos sociais e qualquer análise sobre proteção social, portanto, deve considerar que o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade (Saffioti, 2015, p.83).

Trecho da música eternizada pelo grupo musical Palavra Cantada, a palavra de ordem, muito utilizada nas experiências de educação popular, “criança não trabalha, criança dá trabalho” (Antunes; Tatit, 1998), denuncia de forma lúdica a supressão de direitos fundamentais, o menosprezo acerca da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e os obstáculos criados pelas classes dominantes ao longo da história para impor limites ao uso da força de trabalho infantil. Tal reflexão revela a importância da luta por direitos humanos e contra as injustas condições de vida no campo, na cidade, nos rios e nas florestas. É um questionamento à realidade cruel e que faz parte de um movimento educativo crucial do ponto de vista de formação da consciência de classe que não se curva ao fatalismo ou à resignação, pois a exploração do trabalho é uma expressão do modo de produção capitalista (Lourenço, 2014).

De acordo com os estudos de Lourenço (2014) e Barros e Santos (2022), embora o Brasil tenha avançado na redução do trabalho infantil na última década, é fundamental combater a ideologia que o naturaliza. Analisá-lo, tão somente, pela sua manifestação em atividades comerciais nos centros urbanos ou devido à condição de pobreza das famílias

3 Um importante referencial, para profissionais e familiares, pode ser encontrado no texto de Elisama Santos (2020), Guadalupe Rivera (2022) ou na cartilha da Rede Não Bata, Eduque: <https://naobataeduque.org.br/>

é algo insuficiente e fica apenas na aparência do fenômeno, pois o trabalho escravo, a exploração sexual e o tráfico de drogas⁴ se juntam às atividades das empresas capitalistas que, mesmo de forma clandestina, valem-se da exploração do trabalho infantil para manutenção dos lucros e da competitividade no mercado.

Ao compreender todo movimento em torno da elaboração do Eca como marco político do processo de redemocratização e uma mudança paradigmática da legislação de proteção ao público em questão, observa-se que a canalização dos esforços dos segmentos da sociedade civil para a implementação de um conjunto de reformas sociais no país veio acompanhada de medidas orientadas para os interesses do mercado, da contenção de gastos para favorecer o pagamento do serviço da dívida pública e para a não execução do orçamento direcionado às crianças e aos adolescentes. O tensionamento do Fundo Público, a baixa execução orçamentária nos programas assistenciais voltados para crianças e adolescentes, as dificuldades na adesão ao princípio da prioridade absoluta e, em muitos momentos, incompletude da execução dos preceitos preconizados pelo Eca, somam-se a outros absurdos no cotidiano dos trabalhadores, como salários sem reajuste, alta rotatividade de profissionais, atrasos de pagamento salarial; sucateamento dos serviços públicos e inexistência de processos de formação continuada (Lima, 2020).

É importante salientar, em tempos de individualismo exacerbado por narrativas subjetivistas que embora a abrangência do Eca seja para todas as crianças e adolescentes, aquelas atendidas por assistentes sociais pertencem aos segmentos da classe trabalhadora e sua existência, de forma direta ou indireta, é um questionamento às classes dominantes. Nesse sentido, a atualidade do pensamento marxiano consiste não na reprodução mecânica das mesmas análises sobre situações determinadas historicamente, mas na intensificação das lutas sociais empreendidas desde a década de 1980 por entidades como a Associação dos Ex Alunos da Funabem (Asseaf) e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e consiste em suscitar a construção de um novo projeto societário, para além da luta em defesa da criança e do adolescente, “a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 1998, p. 4).

Sobre as particularidades do serviço social no trabalho com crianças e adolescentes

A necessidade de assistentes sociais na sociedade burguesa se relaciona ao surgimento do que se convencionou chamar de questão social, na transição para o século XX.

⁴ Ver a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde são mencionadas as piores formas do trabalho infantil, que incluem a escravidão, a venda e tráfico de crianças, a realização de atividades ilícitas, dentre outras.

Esse processo se deu por meio da criação de um aparato estatal e uma relação de assalariamento que incorporou a organização de atividades filantrópicas e o alinhamento técnico-operativo existente (Netto, 1992). A perspectiva da totalidade perpassa amplas demandas sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais e tal complexidade, advinda das contradições entre capital e trabalho, inscreve o Serviço Social em processos de reprodução das relações sociais. Isso diz respeito à reprodução de determinado modo de vida e das mediações com o cotidiano, inclusive, de crianças e adolescentes, “trata-se, portanto, de uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente”. (Iamamoto; Carvalho, 1996, p.73).

O trabalho de assistentes sociais com crianças e adolescentes, como processo de reprodução das relações sociais, não diz respeito apenas às relações com os segmentos em questão, envolve a organização do trabalho, os níveis de desemprego, as condições de saúde, as funções do Judiciário, o acesso à escolarização, o direito ao lazer etc. “entendida dessa maneira, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola (...)” (Iamamoto; Carvalho, 1996, p.73). O trabalho também é composto por uma perspectiva investigativa que, além de traçar um perfil da população usuária, contribui no uso de um instrumental necessário para conhecer a realidade do público em questão e sua relação com a família, as instituições e a sociedade em geral. Esse conjunto de conhecimentos e habilidades, que podem ser adquiridos por meio de curso de especialização, contribuem para o aprofundamento de leituras teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético políticas, constitutivas da graduação em Serviço Social, mas que não estão circunscritas ao período inicial da formação, mas ao processo de educação permanente em diferentes territórios e instituições (Carvalho et al, 2024).

Ao longo dos últimos anos vem se delineando nas oficinas realizadas nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), principalmente no Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Gerações e Classes Sociais”, uma preocupação com a produção teórica da área da infância da adolescência alicerçada nos clássicos da tradição marxista. Conforme se pode notar em documento emitido pela Abepss, a maior parte da produção teórica desse GTP tem “referências em outras áreas (Educação, Psicologia etc.) e grande parte dos referenciais teóricos das outras profissões é de origem estrangeira, com base pós-moderna, liberal social, positivista, dentre outras” (Abepss, 2018, p. 26).

Embora existam debates sobre infância e adolescência no Brasil que divergem dos pressupostos teóricos previsto nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, observa-se uma incorporação qualitativa de textos com análises de Marx, Engels, Gramsci, Lukács, Mészáros, Mandel, Chesnais, Trotsky etc., e a incidência de uma produção crítica, sobretudo, no debate sobre garantia dos direitos humanos, privação de liberdade, so-

cioeducação, tortura e extermínio – seja por meio de pesquisas, publicações⁵ ou eventos de caráter científico⁶.

Contudo, a dimensão crítica, criativa e propositiva de assistentes sociais no trabalho com crianças e adolescentes, principalmente no cotidiano das políticas de assistência, educação e saúde, precisam ser intensificadas e estimuladas a partir das raízes do pensamento marxista, presente em Makarenko (2002), quando situa o objetivo da educação na família e na escola, considerando que “a família deveria ser analisada como instituição social, retirando-lhe muitas atribuições que lhe eram dadas como naturais, como, por exemplo, o poder paterno, a submissão incondicional da mãe e a ausência total de direitos dos filhos” (Makarenko, 2002, p. 367).

Tanto Abreu (2008), com a análise sobre os perfis pedagógicos da prática profissional, como Ribeiro (2020), com a tese sobre a dimensão da cultura no debate acadêmico do Serviço Social, trazem ricas contribuições sobre a necessidade histórica das práticas educativas no processo de produção e reprodução social, bem como o papel da tradição marxista para pensar os modos de vida, contudo, ainda hoje, “poucas análises abordam a dimensão pedagógica do Serviço Social” (Ribeiro, 2020, p. 259).

Há uma incidência de componentes que envolvem o lado lúdico, a brincadeira, a música, a dança e o teatro na formação crítica e como instrumental de trabalho junto a crianças e adolescentes (Coutinho; Machado; Quintão, 2024; Lima, 2022; Santos, 2022; Oliveira, 2015), mas é algo que merece maior sistematização e/ou publicização. É parte constitutiva desse trabalho com crianças e adolescentes, numa perspectiva emancipatória e efetivamente democrática, envolver a criatividade, o uso de uma linguagem apropriada para cada faixa etária e a proposição de ações para além do escopo de obrigações institucionais e, geralmente, isso só é possível com a sistematização de uma proposta de trabalho ou “Projeto de Intervenção orientado pelo projeto profissional hegemônico” (Lima, 2018).

Nesse tipo de projeto de intervenção, temos a articulação entre as requisições demandadas aos profissionais de Serviço Social em distintos espaços sócio-ocupacionais e o acúmulo de uma massa crítica da profissão acerca do significado social e histórico do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Isso significa que “os projetos de

5 Vale à pena pesquisar os textos de assistentes sociais que, nessas duas últimas décadas, produziram o que há de mais avançado no debate em questão: Mione Apolinário Sales, Maria Luduína Oliveira Silva, Silvia da Silva Tejas, Joana Garcia, Fabiana Schmidt, Giovane Antônio Scherer, Joana das Flores Duarte, Fábio do Nascimento Simas, Ionara dos Santos Fernandes, Adeildo Vila Nova, dentre outros.

6 Merece destaque o Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina, promovido pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (Proealc), que figura como um dos mais importantes eventos internacionais promovidos pelo Serviço Social brasileiro.

intervenção são procedimentos metodológicos estratégicos no exercício profissional que expressam a visão social de mundo dos seus agentes” (Lima, 2018, p. 132).

Todo trabalho, antes de ser executado, é projetado na imaginação. E o trabalho com crianças e adolescentes não é diferente, pressupõe uma intenção, um objetivo a ser alcançado e precisa ser minimamente justificado. O “projeto de trabalho” é o instrumento mais próximo da realidade concreta no campo da intervenção social. Nele se articulam procedimentos de pesquisa – como levantamentos e elaboração de perfis dos usuários – e diversos recursos técnicos, como diários de campo, análise de documentos institucionais, visitas interinstitucionais e domiciliares, além de orientações e encaminhamentos em atendimentos individuais ou coletivos. Essas ações configuram os chamados “instrumentos de trabalho diretos e indiretos” (Sousa, 2008, p. 126; 129).

No âmbito das políticas sociais, o planejamento é estruturado em três níveis: o Plano, documento mais amplo, que apresenta diagnósticos e análises situacionais de um governo; o Programa, de caráter intermediário, que organiza o conjunto de projetos vinculados a determinada política; e o Projeto, instrumento técnico-profissional mais específico, voltado à execução de ações concretas, tanto no espaço público quanto no privado⁷.

Nesse sentido, é preciso levar em consideração dois pontos fundamentais na consecução dos projetos de trabalho com crianças e adolescentes: os referenciais técnicos e jurídicos⁸ que tratam das competências e das atribuições privativas de assistentes sociais e os elementos constitutivos da educação popular. Em primeiro lugar, para pensar os dispositivos jurídicos que regulamentam a profissão, é preciso situá-la como um produto histórico. Isso envolve determinada análise de conjuntura e uma contextualização daquilo que é objeto da atuação profissional e que, dependendo da demanda, pode mudar com o tempo. Exige, sobretudo, uma compreensão macroestrutural do contexto econômico, político e social, como se dão as relações de poder nas instituições, quais são as formas de contratação, jornada de trabalho, território e como se interpreta a relação entre competências e as atribuições privativas de assistentes sociais.

De acordo com art. 5º da Lei 8.662/1993 (Brasil, 1993), que regulamenta o Serviço Social como profissão, constitui uma atribuição privativa: “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social (...) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”. Para Iamamoto (2012, p. 37), atribuições privativas,

7 O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem sido pouco acionado por profissionais e instituições e mesmo que os projetos de trabalho sejam “sem custos”, ainda assim, o registro desses projetos é fundamental, pois para criança e o adolescente fazer parte do orçamento como prioridade absoluta, todo tipo de articulação é necessário.

8 Uma gama de textos como a legislação nacional, profissional, normas técnicas, orientações dos órgãos da categoria, dentre outros dispositivos.

“são prerrogativas exclusivas”, isto é, “privilegio, direito e poder de realizar algo”. E as competências profissionais “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo de uma única especialidade profissional”.

Na análise de Matos (2015), em nosso projeto profissional, a questão social se apresenta como matéria que justifica o trabalho de assistentes sociais com crianças e adolescentes e as competências profissionais, desde a ruptura com o conservadorismo, envolvem ações desenvolvidas pela coletividade, ou seja, não são privativas. E o enfrentamento ao citado conservadorismo se dá no conjunto de ações interdisciplinares e intersetoriais.

Em segundo lugar, para além das experiências das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação, nas décadas de 1960-70, já sinalizadas por Abreu (2008), existem articulações entre os princípios do Eca e da “Educação Popular”⁹, ou seja, por uma prática de cunho educativo, seja na abordagem ao público infanto juvenil nas ruas, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), medidas socioeducativas em meio aberto, unidades de acolhimento institucional, Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) ou na organização de grêmios estudantis, exige “ir aprendendo-reaprendendo, criando-criando, com o povo” (Freire, 2012, p. 21). É um processo político e educativo – com idas e vindas, erros e acertos – mas que coloca a coletividade em movimento permanente e que comporta articulações da rede de atendimento, mas um horizonte de insurgência, de transformação da realidade e “se propõe a transformar um conjunto de relações sociais e a reforçar estratégias de resistência dos segmentos oprimidos” (Graciani, 2001, p. 28).

Essas práticas sociais, de acordo com Freire (2012), pressupõem entender que nenhuma pessoa está sozinha nesse mundo. E que, mesmo que haja discordância, ninguém pode ser silenciado, precisamos aprender a ouvir e a falar, ou seja, essa prática também envolve o respeito pela palavra do outro — e em tempos de redes sociais, *fakenews* e discursos de ódio, isso se torna algo desafiador e premente de mediações. Conforme Peloso (2012), para entender a lógica da educação popular é necessário estabelecer um processo coletivo de elaboração, de tradução do que se almeja e de socialização do conhecimento, desse passo a passo que pode se multiplicar, para além do saber acadêmico e junto com ele também e que, no cotidiano do trabalho com crianças e adolescentes, capacita todos os profissionais, meninas e meninos a ler criticamente a realidade para transformá-la.

Os profissionais que realizam esse trabalho, em sua busca por desvelar as fragmentações das classes sociais e a alienação subjacente a esses processos de produção e reprodução social, são atravessados por, pelos menos, três dimensões articuladas: teórica, técnica e política.

9 As publicações recentes de Francine Helfreich e Eblin Farage também caminham nessa mesma direção, situando a relação do Serviço Social com a escola pública e com a educação popular no Conjunto de favelas da Maré.

Na dimensão teórica, a obra de Marx recupera fundamentos da ontologia do ser social e o trabalho ocupa uma posição central em sua produção intelectual. A sociedade burguesa é compreendida como a organização histórica mais desenvolvida da humanidade e, com a crítica à economia política ou a crítica às relações sociais no modo de produção capitalista, a teoria marxiana salienta que o “o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, é que homens e mulheres devem estar em condições de viver para fazer história”. A história, como testemunho da existência humana, só ocorre mediante a ação humana em determinadas condições de vida, “mas para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (Marx; Engles, 1999, p. 39).

Na dimensão técnica, o profissional deve ter a capacidade de fazer uma leitura da realidade e buscar os instrumentos mais adequados para o trabalho com crianças e adolescentes. Esse movimento também envolve o trabalho com famílias, territórios, instituições e profissionais com as quais essas crianças e adolescentes interagem ou foram atendidas. Compreender, no tempo presente, as determinações históricas, classistas, raciais e de gênero das crianças e adolescentes atendidas nas políticas sociais, bem como da noção de pertencimento e da sociabilidade religiosa, cultural, política e de territorialidade, conjugando a unidade entre ação e pensamento.

É preciso dar ênfase, em políticas socioassistenciais e educacionais, ao processo de organização política em grêmios, grupos associativos e em Conferências de crianças e adolescentes, sinalizar o auto cuidado e à responsabilização progressiva, bem como incentivar os procedimentos institucionais que buscam: orientar a higiene corporal, auxiliar na organização do espaço doméstico, estimular o cuidado e a limpeza das peças do vestuário (principalmente as roupas íntimas e os calçados), supervisionar as tarefas escolares, propiciando atividades de reforço; atualizar a caderneta de vacinação, conhecer e, se possível, consumir alimentos não processados etc. Propor atividades como piquenique, festival de pipoca, ir à praia, estimular a prática de educação física, atividades esportivas, de dança, música, canto e teatro, assim como realizar visitas interinstitucionais, em escolas, abrigos, museus, bibliotecas, pontos turísticos etc. E, além de tudo, brincar, priorizar a brincadeira, os contadores de histórias e a musicalidade intrínseca ao público em questão, pois na brincadeira se constroem pontes, “o brinquedo, portanto, faz parte da própria aprendizagem da vida” (Graciani, 2001, p. 153).

Na dimensão política, cabe não a reduzir à política partidária ou aos malefícios da corrupção e do assistencialismo, mas enaltecer a dimensão ética da política, que anseia pela manutenção da vida, pelo respeito à diferença e pela prática da liberdade. O profissional precisa tomar partido, ter um posicionamento ético frente às demandas do trabalho e situações do cotidiano, mas isso não significa incorporar, necessariamente, uma

pedagogia político-partidária. Essa dimensão político-educativa do trabalho com crianças e adolescentes envolve instituições como a família, as escolas, os abrigos e unidades de saúde, numa luta pela ampliação da cidadania, pela convivência familiar e comunitária, pelo estabelecimento de uma educação não violenta e pelo próprio processo de formação e desconstrução de preconceitos, pois “a educação é tanto um ato político quanto um ato político é educativo” (Freire, 2012, p. 29).

Considerações Finais

O texto apontou elementos de que o trabalho com crianças e adolescentes se constitui como campo de diferentes projetos societários, portanto, um espaço de disputa. A coisificação da infância e o adultocentrismo são expressões do conservadorismo e assistentes sociais têm o papel coletivo de colocar em xeque a violência e a desigualdade de tais processos. O trabalho de assistentes sociais com crianças e adolescentes tem uma função de preparação das gerações futuras para a venda da mão-de-obra e uma dimensão política e educativa — já que interferem na formação de consciência e na elaboração de uma cultura e de uma visão de mundo dos sujeitos que estarão reivindicando melhores condições de vida e de sobrevivência. É uma forma de combater a culpabilização das famílias e das mulheres “pelo fracasso na criação”, um componente perverso do tripé capitalismo-patriarcado-racismo, que dilacera vidas na cidade, no campo, nos rios e nas florestas.

Seja no planejamento de trabalho ou na ação profissional com crianças e adolescentes, deve-se conjugar a brincadeira, a música, o teatro, as oficinas de cidadania e, ao mesmo tempo, questionar as desigualdades nas relações étnico-raciais e de gênero, expressar teoricamente uma compreensão acerca da condição de classe das crianças e adolescentes, combater a ideologia que sustenta a exploração da força de trabalho pelo capital, apoiar os movimentos sociais revolucionários que buscam emancipar homens e mulheres. Esses são compromissos fundamentais para quem trabalha com o público infante juvenil.

Por fim, num momento político de evidência de ódios e práticas conservadoras e onde há necessidade de recuperar a dimensão política da solidariedade de classe entre pessoas que cuidam e trabalham (direta e indiretamente de crianças e adolescentes), as reflexões realizadas aqui, buscam contribuir para a construção de outra forma de sociabilidade. Buscar uma organização política, investir em construção coletiva, realizar autocrítica permanente, incentivar a participação com acolhimento e reciprocidade, participar de atividades para formação profissional e de equipes são alguns dos aspectos que atravessam os compromissos profissionais. Pois uma sociedade melhor para crianças e adolescentes, é uma sociedade melhor para todo mundo!

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Ao Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS/UFF)

Agência financiadora: Não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

ABEPSS [Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social]. Grupo de Temático de Pesquisa - GTP Serviço Social, Gerações e Classes Sociais (gestão 2016-2018). *Relatório final*. Vitória: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, A. TATIT, P. *Criança não trabalha*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/palavra-cantada/447926/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ARANTES, E. M. O que a antiga pastoral cristã da confissão pode ensinar a Juízes, Psicólogos e Assistentes Sociais? *Empório do Direito*, 2016. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-que-a-antiga-pastoral-crista-da-confissao-pode-ensinar-a-juizes-psicologos-e-assistentes-sociais>. Acesso em: 3 set. 2025.

BARROS, A. A. SANTOS, E. C. Trabalho infantil no Brasil e os desafios contemporâneos após 30 anos de Eca. In: SANTOS, E.C; SIMAS, F.N; LIMA, R.S (org.). *Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 3 set. 2025.

BRITO, F. GOMEZ, A. Acrobacias da dor: tópicos sobre a violência do Estado, do trabalho e da liberdade no mundo burguês. *Revista Emancipação*: Ponta Grossa, 2009.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A. GUERRA, V (Org.) *Infância e violência doméstica*. São Paulo: Cortez, 1993.

CARVALHO, M. S. N. de; SILVA LIMA, R.; ARAÚJO DA FONSECA, T. M.; DOS SANTOS SARAIVA, V. C. Educação permanente, violência e proteção de crianças e adolescentes. *Temporalis*, [S. l.], v. 24, n. 47, p. 313–330, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n47p313-330. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/43993>. Acesso em: 7 mar. 2025.

COUTINHO, P. S. MACHADO, Y. C. QUINTÃO, J. F. Serviço Social e infância: o brincar com estratégia de intervenção profissional com crianças. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social* (Enpens), Fortaleza, 2024.

ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. da S. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.22, n.2, p.316-333, jul./dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/39548>>.

EURICO, M. Campos. *Racismo na Infância*. São Paulo: Cortez, 2020.

FREIRE, P. Princípios do trabalho popular. In: PELOSO, Ranulfo (org.) *Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis* – 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, S. M. *Cultura Política e Revolução Burguesa no Brasil: a instrumentalidade do pensamento autoritário (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2020.

FREITAS, M. C. de. (Org.). *História social da infância no Brasil*, 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

GAMA, A. S.; SOUZA, V. B. de; SANTOS, E. P. A.; COSTA, Francilene Soares de Medeiros. Tensões entre trabalho e família: expressões do familismo na Educação Infantil e na assistência social aos idosos no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 28, n. Especial, p. 841–859, 22 out. 2024 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/24534>. Acesso em: 7 mar. 2025.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálýsis*, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 514-522, dez. 2018.

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez; 1996.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2012.

IASI, M. L. De onde vem o conservadorismo? *Blog da Boitempo*, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 3 set. 2025.

LIMA, R. C. C. A biografia do projeto de intervenção orientado pelo projeto profissional hegemônico. RAMOS, A. SANTOS, F. H. C. (org.). *A dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social*. Campinas: Papel Social, 2018.

LIMA, R. S. Assistência social, orçamento enxuto, violência abundante contra crianças e adolescentes. In: MAURIEL, A. P. O et. al. (Org.). *Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

LOURENÇO, E. A. Reestruturação produtiva, trabalho informal e invisibilidade do trabalho de crianças e adolescentes. *Serviço Social e Sociedade*, 118. São Paulo: Cortez, 2014.

- MAKARENKO, A. A educação na família e na escola. In: LEUDEMANN, C. S. *Anton Makarenko vida e obra – a pedagogia na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2016.
- MARTINS, J. S. (Coord.). Introdução. In: MARTINS, J. S. *O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I livro primeiro (o processo de produção do capital) Tomo 1. São Paulo: Abril cultural, 1983.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- MATOS, M. C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.
- MATOS, M. C. de. *Nota Técnica sobre a “escuta especializada” proposta pela Lei 13.431/2017: questões para o Serviço Social*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2019.
- MATTOS, M. B. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 229-251, 2004.
- MAURIEL, A. P. O. Estado, capitalismo dependente e racismo no Brasil: considerações teórico-metodológicas. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 23, n.º 2, UFJF, 2023.
- MIOTO, R. Família, Trabalho com Famílias e Serviço Social. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, jan./jun. 2010 Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/trabalho-com-familia-e-servico-social.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. Prólogo. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NOGUEIRA NETO, W. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº. 83. São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, M. I. *Criatividade na formação profissional do assistente social brasileiro no contexto pós-1990*. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Universidade Federal Fluminense, 2015.
- PELOSO, R. (Org.) *Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis – 1ª Ed.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Amais livraria e editora, 1995.

PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora contexto, 2009.

QUIROGA, A. M. “Assistência e Poder: revendo uma articulação histórica” Rio de Janeiro, *Revista Praia Vermelha*, 18, 1º semestre, 2008.

RIVERA, G. (org.). *Não nascemos machos: cinco ensaios para repensar o ser homem no patriarcado*. Terra sem amos: Brasil, 2022.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, E. C.; SIMAS, F. N.; LIMA, R. S. (Org.). *Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

SANTOS, E. *Educação não violenta*. Como estimular a autoestima, autonomia, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

SANTOS, M. A. O racismo estrutural e a construção da identidade da criança negra pela ludicidade do Jongo. In: BRITO, Gabriela Aparecida F.; LINO, Michelle Villaça. (Org.) *Infâncias plurais, recortes transversais*. Curitiba: CRV, 2022.

SARAIVA, V. C. S. *Serviço Social e acolhimento institucional de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, 2008 (pp. 119-132). Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em: 06 mar. 2025.

TATIT, L. A. M. MARTINS, S. P. *Pindorama*, Palavra Cantada, 1998. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/palavra-cantada/286863/>. Acesso em: 10 fev. 2025.